ACTA N.º. 16/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
SEIS. -----**

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º. José Agostinho Ribau Esteves e com as presenças dos Vereadores, Srs., Dr. João José Figueiredo de Oliveira, Eng.º. Marcos Labrincha Ré, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Eng.º. Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, António Cândido Augusto Marques Pereira. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Faltaram à reunião, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º. Fernando Fidalgo Caçoilo, por se encontrar no gozo de férias, e a Sr.ª. Vereadora, Prof.ª. Margarida Maria São Marcos Amaral, por se encontrar numa reunião da ANMP sobre Acção Social, conforme informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade considerar como justificadas as respectivas faltas. - Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. Presidente da Câmara recordou que, na quarta-feira, dia 28, se realizará a primeira reunião da sessão ordinária do mês de Junho da Assembleia Municipal de Ílhavo e que, irá solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia, por uma questão processual, que retire da Ordem do Dia o Ponto n.º. 4-Parecer sobre o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro. ----

Todavia e, caso mereça hoje aprovação, nesta reunião de Câmara, irá solicitar, também, a inclusão de um novo Ponto relacionado com a prorrogação do “contrato de concessão do Parque de Campismo Municipal da Praia da Barra e a construção de alojamentos complementares e melhoria significativa dos balneários”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA. -----

Presente o resumo diário de tesouraria nº. 119, do dia 23, do corrente mês de Junho, pelo qual foi tomado conhecimento que, em cofre, existiam as importâncias de 3.584.794,34 (três milhões quinhentos e oitenta e quatro mil setecentos e noventa e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 984.171,36 (novecentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e um euros e trinta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Não Orçamentais. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Por unanimidade, e, em minuta, foi tomado conhecimento do seguinte expediente: -----

-Do ofício nº. 919/2006-SF, de 02/06/2006, da ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo qual enviam o comunicado aprovado pelas organizações representativas da Pesca Portuguesa relativo a uma jornada de luta que teve lugar, a nível nacional, no passado dia 31 de Maio findo, Dia Nacional do Pescador; -----

-Da circular nº. 88/2006, de 20/06/2006, da ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, pela qual enviam a Resolução aprovada por unanimidade na reunião do seu Conselho Geral, realizada no passado dia 08, do corrente mês, relativa às conversações tidas com o Governo sobre os principais temas da actualidade autárquica. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DA PRAIA DA BARRA – CONSTRUÇÃO DE ALOJAMENTOS COMPLEMENTARES E MELHORIA SIGNIFICATIVA DOS BALNEÁRIOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

a) O teor da exposição e requerimento subscritos por “Catarino & Associados, Lda.”, actual concessionária do Parque de Campismo Municipal da Praia da Barra (adiante designado apenas e abreviadamente por Parque de Campismo), com o registo nº 16498, de 16 de Dezembro de 2005, no qual, e em síntese, manifesta a sua disponibilidade para renovar o contrato de concessão do referido Parque de Campismo, de Junho de 2008 a Junho de 2013, porquanto: ----

i. Pretende realizar um significativo investimento no Parque de Campismo, dotando-o de alojamentos complementares e realizando uma melhoria significativa dos balneários; -----

- ii. A recuperação do capital investido só será possível ao fim de sete anos (ou Verões); -----
- iii. Lhe convém, por isso, assegurar atempadamente que a CMI, nos termos dos poderes que lhe estão conferidos pelo contrato de concessão em causa, não pretende denunciar o contrato no seu termo inicial, isto é: em Junho de 2008; -----
- b) Que no referido documento a concessionária expressa ainda a vontade de vir a edificar no referido Parque de Campismo um alojamento tipo T2, dois tipo T1, cinco tipo T0 (no actual supermercado) e um bungalow (no actual PT), para satisfazer a procura crescente desse tipo de alojamento por parte dos seus clientes, sobretudo dos estrangeiros; -----
- c) Que essa intervenção pressupõe a requalificação do bloco sanitário principal, bem como a remodelação do edifício do supermercado, do edifício da actual portaria e do posto de transformação; -----
- d) O teor da informação DOPGU/marios 2006/03/02 940/06 1, que aqui se dá por reproduzida e na qual, em síntese, se conclui pela viabilidade técnica da intervenção pretendida, salvaguardada que seja a observância das disposições legais em vigor, designadamente em matéria de subscritor do projecto, procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos, e recolha de pareceres externos, nomeadamente da Direcção Geral do Turismo, Delegação de Saúde e Serviço Nacional de Bombeiros; -----
- e) O teor do despacho do senhor vereador das Obras Particulares, Eng.º Marcos Ré, de 2006/03/11, que aqui se dá por reproduzido; -----
- f) A Administração Pública pode contratar com entidades particulares e, nessa medida, obrigar-se à entrega de uma contraprestação, desde que o faça na prossecução de interesses públicos que a lei põe a seu cargo e na observância da disciplina especial que para cada situação exista. Ora, esta actividade contratual da Administração sujeita-se a um regime de direito público, sendo o contrato administrativo o meio legítimo e mais adequado para a realização daqueles interesses; -----
- g) O conceito genérico de contrato administrativo encontra consagração legal no nº 1 do artigo 178.º do Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.), que dispõe ser o contrato administrativo “... o acordo de vontades pelo qual é constituída, modificada ou extinta uma relação jurídica administrativa”; -----
- h) O mesmo preceito, no seu nº 2, faz uma enumeração meramente exemplificativa dos

contratos administrativos, referindo que têm essa natureza, designadamente, os contratos de empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, concessão de exploração do domínio público, concessão de uso privativo do domínio público, fornecimento contínuo, entre outros; -----

i) Que, atenta a caracterização administrativa do contrato, as questões técnico-jurídicas suscitadas pela pretensão formulada, no que concerne à respectiva conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos, na Proposta vencedora e no Contrato, foram objecto de apreciação do Serviço de Apoio Jurídico da CMI, que, em parecer da Dra. Ana Sofia Canas, de 19.12.2005 se pronunciou também pela regularidade do requerido, porquanto, e citamos: -----

“i. *O contrato de concessão da exploração do parque de campismo municipal da Praia da Barra foi celebrado entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a sociedade supra identificada em 30/05/2003, tendo a concessão sido realizada pelo prazo mínimo de 5 anos, com início no dia 1 de Junho de 2003, podendo o prazo der prorrogado por igual período (5 anos), mediante manifestação de interesse por parte da Concessionária, com uma antecedência mínima de 1 ano antes do termo do prazo inicial e após concordância por parte da Câmara Municipal (de acordo com a cláusula 2.ª do Contrato).* -----

ii. *A Câmara Municipal de Ílhavo reserva-se o direito de não renovar a concessão, nos termos do estabelecido no n.º 3 do art. 2.º do Caderno de Encargos, ou seja, “no caso de, analisado o desempenho do concessionário nos primeiros 5 anos da concessão, comprovadamente se verifique que o mesmo não cumpriu o estipulado no Caderno de Encargos, contrato e em todos os elementos que fazem parte do presente processo de concurso, bem como da legislação aplicável”.* -----

iii. *Nos termos do art. 4.º, n.º 6 do Caderno de Encargos, “quaisquer obras de construção, beneficiação e reparação, internas ou externas, ficarão a cargo do concessionário, que se obriga a submetê-las à prévia aprovação da Câmara Municipal de Ílhavo, acompanhadas de todos os elementos necessários ou legalmente exigíveis”.* -----

iv. *De acordo com a cláusula 7.ª do contrato, as instalações, incluindo todas as benfeitorias e investimentos imóveis, deverão ser devolvidas em bom estado de utilização, estando esse avaliado por prévia vistoria dos serviços técnicos da Câmara Municipal, sendo que das benfeitorias e investimentos realizados pela Concessionária não cabe o direito a qualquer*

- indemnização.* -----
- v. *De acordo com o exposto, verifica-se que o contrato de concessão caduca no prazo de 5 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos, mediante manifestação de interesse por parte da Concessionária, com uma antecedência mínima de 1 ano antes do termo do prazo inicial e após concordância por parte da Câmara Municipal, ou seja, o contrato caducaria em 31 de Maio de 2008, podendo ser prorrogado até 31 de Maio de 2013.* -----
- vi. *A manifestação de interesse da Concessionária pode ser realizada com uma antecedência superior a 1 ano, ou seja, não verifica no contrato a existência de qualquer cláusula que proíba o requerimento com esta antecedência, ou de qualquer disposição legal que o impeça, podendo a Câmara Municipal apenas determinar a não prorrogação do prazo do contrato, nos casos em que comprovadamente se verifique que o mesmo não cumpriu o estipulado no Caderno de Encargos, no contrato e em todos os elementos que fazem parte do processo de concurso, bem como da legislação aplicável.* -----
- j) *Que se verifica assim que, à Câmara Municipal de Ílhavo apenas seria legítimo “determinar a não prorrogação do prazo do contrato, nos casos em que comprovadamente se verifique que o mesmo não cumpriu o estipulado no Caderno de Encargos, no contrato, bem como na legislação aplicável”;* -----
- k) *Ora, nos termos da informação prestada, em 23/06/2006 pelo Sr. Vereador, Engº. Paulo Costa, titular do pelouro do Turismo da Câmara Municipal de Ílhavo, na operação desenvolvida pela concessionária na exploração do Parque de Campismo, avaliada “durante as reuniões de trabalho e visitas ao Parque de Campismo da Barra, que regularmente acontecem desde Junho de 2003” esta “tem demonstrado, nestes quase três anos de actividade, grande responsabilidade, rigor e qualidade na gestão deste equipamento municipal, grande abertura e transparência na sua relação com a Câmara Municipal, tendo cumprido com zelo as suas obrigações que decorrem do contrato assinado entre as duas partes, ao nível de compromissos financeiros, das obras realizadas, da dinamização cultural, recreativa e desportiva, da divulgação do Parque e do Município, nomeadamente em guias, feiras, etc.”;* -----
- l) *Embora tenham decorrido apenas três anos sobre a celebração do contrato inicial, nada impede que a requerente solicite já (antes de decorridos os cinco anos da duração inicial do contrato) a respectiva prorrogação, assim como nenhuma razão existe que subtraia à Câmara*

Municipal de Ílhavo a capacidade de avaliar a regularidade e o mérito do desempenho da concessionária na exploração do Parque, atenta a razoabilidade dos motivos que suportam o pedido; -----

m) Que, na sua relação com os administrados, a Administração está vinculada ao princípio da legalidade previsto no artº 3º do Código do Procedimento Administrativo, nos termos do qual “*Os órgãos da Administração Pública devem actuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins par que os mesmos poderes lhes foram conferidos.*”, mas também aos princípios da prossecução do interesse público, da igualdade, da boa fé, e da colaboração da Administração com os particulares e da a desburocratização e da eficiência (arts. 4º., 5º., 6º.-A, 7º. e 10º. do CPA); ----

n) Que, embora, nos termos do disposto na alínea b) do nº. 7, do artº. 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro seja competência da Câmara “*administrar o domínio público municipal, nos termos da lei*”, a verdade é que nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artº 53º do referido diploma, compete à Assembleia Municipal “*autorizar a câmara municipal a (...) onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, (...)*”; -----

o) Que, nos termos do disposto no nº.1 da Portaria nº. 42-A/2005, de 17 de Janeiro do Ministério das Finanças e da Administração Pública o referido índice 100 foi fixado em 317,16€; -----

p) Que, por outro lado, nos termos do disposto no artº. 10º. do DL nº. 390/82, de 17 de Setembro, que disciplina o regime da contratação local, “*a concessão de exclusivos, obras e serviços públicos por parte das autarquias locais (...) depois de autorizada pela Assembleia deliberativa, será adjudicada mediante concurso público (...)*”; -----

q) O principio segundo qual o que vale para o mais vale para o menos isto é, se a Assembleia Municipal tem competência, e foi solicitada, para autorizar a concessão de exploração do Parque de Campismo Municipal da Praia da Barra, também há-de ser chamada a intervir para autorizar qualquer alteração ao respectivo contrato seja em matéria de prazo, seja de alteração (ainda que parcelar) do respectivo objecto. -----

PROPONHO: -----

1. Que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal de Ílhavo autorização para: -----
a) Autorizar a pretendida construção de alojamentos complementares e melhoria significativa dos balneários do Parque de Campismo da Praia da Barra, desde que previamente licenciadas nos termos da legislação em vigor; -----

b) Autorizar a prorrogação do contrato de concessão do Parque de Campismo da Barra, até Junho de 2013. -----

2. Que, se obtida a autorização solicitada, a Câmara Municipal de Ílhavo: -----

a) Autorize a pretendida construção de alojamentos complementares e melhoria significativa dos balneários, desde que previamente licenciadas nos termos da legislação em vigor; -----

b) Autorize a prorrogação do contrato de concessão do Parque de Campismo da Barra, até Junho de 2013. -----

c) Que a prorrogação do contrato de concessão, estabelecida com os fundamentos supra, fique condicionada à efectiva concretização do dito investimento e à construção dos apartamentos e beneficiação dos sanitários nos termos propostos pela requerente, no prazo de um ano a contar da presente deliberação. -----

Ílhavo, 21 de Junho de 2006. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----
As.) Eng.º José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Na fase de discussão e apreciação desta proposta, o Sr. Vereador, Dr. João José Figueiredo de Oliveira, manteve a dúvida, desde o início por si suscitada, de até que ponto seria lícito à Câmara prorrogar o contrato antes de decorrido os 5 (cinco) anos. -----

Já na fase de votação foi, em minuta, deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

Na votação em apreço, os Srs. Vereadores, Drs. João José Figueiredo de Oliveira e António Pedro Oliveira Martins, votaram contra, tendo os demais membros do Executivo votado favoravelmente. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA NUM SUPLEMENTO DO JORNAL “DIÁRIO DAS BEIRAS” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO. -----

Presente a ordem de pagamento n.º. 2296, de 2006/06/14, no montante de € 484,00

(quatrocentos e oitenta e quatro euros), referente a uma comparticipação publicitária efectuada no suplemento “Olá Gente”, do jornal “Diário das Beiras”, relacionada com o Museu Marítimo de Ílhavo. -----

No referido documento de despesa consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: ---
-“À Câmara para ratificação. -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves. -----
20JUN06”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

ESTIMATIVAS ORÇAMENTAIS DE OBRAS SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL – INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. -----

Presente a seguinte informação elaborada pela Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, de referência DOPGU/noemiam20060530: -----

-“Em face do conteúdo do officio-circular da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), de 19 de Maio de 2006, propomos, como preço por m2 de construção para cálculo do custo de obra para efeito de licenciamento, para aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 31.º. do DL 12/2004, de 9 de Janeiro, que deverá entrar em vigor a partir de 1 de Julho de 2006, os seguintes valores: -----

	-----2004	-----2005	-----
Habitação Social	-----€ 320	-----€ 325	-----
Habitação Corrente	-----€ 455	-----€ 460	-----
Construção Industrial	-----€ 170	-----€ 175	-----
Anexos/ Sótãos para arrumos	-----€ 170	-----€ 175	-----
Espaços Comerciais	-----€ 300	-----€ 305	-----

Fica o assunto à consideração do Exmo. Sr. Vereador. -----

As) Noémia Maia”. -----

O despacho do Sr. Vereador, Eng^o. Marcos Ré, foi o seguinte: -----

-“Visto. Concordo. Proceda-se tanto quanto possível à divulgação dos valores referidos pelos

métodos habituais. -----
À DOPGU para os devidos efeitos. -----
06/06/06-----

As.) Marcos Ré. -----
Em tempo: -----

Face à matéria em análise e com vista a tomada da decisão final sobre a mesma, deverá a presente Informação ser enviada à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara com vista à deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----
Ílhavo, 2006-06-19. -----

O Vereador em Exercício, -----
As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder de acordo com a presente informação. ----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado sob o nº. 4900, Pº. 659/04, em 2004/11/05, respeitante a Luzia Maria Casqueira Frade, residente na Rua Dr. João das Regras, 21, na Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/05/25 4900/04 3, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

-O registado sob o nº. 1545, Pº. 1369/00, em 2006/04/06, respeitante a Maribel Banca Alves Duarte, residente na Rua Profº. Francisco Corujo, 53-1º. Esq., na Gafanha da Encarnação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. A informação, de referência DOPGU/noemiam 2006/06/20 1545/06 2, é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arq^a. Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

AMBIENTE. -----

**RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDO ENTRE A
CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO E A ASSOCIAÇÃO DOS CONCESSIONÁRIOS**

**DE PRAIA DO CONCELHO DE ÍLHAVO PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DO
BAR DE APOIO AO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COSTA NOVA –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Engº. Marcos Labrincha Ré: -----

-“Através de Protocolo então celebrado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR/C) conforme cópia em anexo (Doc. nº. 1) e no presente momento se encontra em revisão, foram definidas as normas porque se havia de reger a gestão e manutenção do Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova e respectiva componente comercial a ele adstrita. Ora, a falta de vocação das autarquias, nomeadamente a nossa para a gestão comercial deste tipo de Estruturas e a necessidade de, com contrapartida àquela gestão, dever ser assegurada a vigilância e segurança na denominada Praia da Igreja da Costa Nova levaram a que se conjugassem os necessários esforços de forma a que, tendo presente como aspecto fundamental a garantia de vigilância e segurança na Praia referida durante a época balnear e existindo no nosso Concelho uma Associação de Concessionários de Praia com sede na Praia da Costa Nova e cujo Objecto, conforme consta dos seus Estatutos (Doc. nº. 2), “é o desenvolvimento social, cultural e turístico das praias do concelho de ÍLHAVO”, se estabelecesse entre a Câmara Municipal e a presente Associação o necessário entendimento que permitiu face ao Acordo então celebrado e assinado (Doc. nº. 3) a gestão e manutenção da Estrutura Comercial mencionada, a visibilidade e a própria segurança e vigilância da praia para além das mais valias que tal gestão introduziu no desenvolvimento e na visibilidade das actividades de educação ambiental dinamizadas no Núcleo propriamente dito durante a época balnear de 2005. -----

De facto o acordo/protocolo então celebrado com aquela Associação previa o seu termo no dia 30 de Abril do presente ano, sendo que a hipótese de prorrogação do mesmo dependia, para além do cumprimento das suas cláusulas, da vontade da CCDR/C em assegurar que a gestão então acordada com a Câmara Municipal através do Protocolo acima referido pudesse continuar. O atraso da definição das novas regras por parte da CCDR/C que presentemente estão em revisão, a necessidade de assegurar a continuidade na gestão e dinamização do Núcleo de Educação Ambiental e estrutura comercial a ela anexa, a garantia da segurança e vigilância na Praia confinante que urge manter e se possível reforçar e o facto de já estarmos em plena

época balnear justifica para o efeito que não obstante a revisão do Protocolo com a CCDR/C que neste momento decorre, se renove uma vez mais o Acordo estabelecido com a Associação de Concessionários por mais esta época balnear nos mesmos moldes do que então foi assumido. Para o efeito a Associação enviou conforme cópia em anexo (Doc. nº. 3) um documento que para além de referir os contactos prévios então estabelecidos solicita com base nas justificações apresentadas o respectivo apoio a um conjunto de melhoramentos a efectuar na Estrutura do Núcleo manifestando disponibilidade para proceder à abertura do Núcleo de Educação Ambiental com o compromisso de igualmente promover em conjunto com a Câmara Municipal a sua dinamização. Nesta matéria e no seguimento dos contactos e reuniões conjuntas havidas ao longo do ano escolar seja com o Núcleo de Estágio de Biologia e Geologia da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré seja com o próprio Bio-Núcleo da Universidade de Aveiro, foi apresentada uma Proposta que junto se anexa e que na nossa opinião permitirá a introdução dum dinamismo forte e coerente na Estrutura mencionada de forma a que possamos atingir os objectivos que nos propusemos assumir com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional através da CCDR/C. -----

Nesta perspectiva propomos a atribuição de um subsídio à Associação dos Concessionários no valor de 4.400 Euros (quatro mil e quatrocentos Euros) dos quais 3.000 (três mil Euros) se destinarão ao apoio à execução das seguintes tarefas: -----

1. Colocação do sistema de lonas nos pórticos da esplanada. -----
2. Colocação da placa de sinalização publicitária de acordo com o logótipo já fornecido pela Câmara Municipal. -----
3. Montagem de painéis corta-vento em vidro de acordo com o desenho anexo. -----

Os restantes 1.400 (mil e quatrocentos Euros) serão a contrapartida inerente aos serviços prestados relacionados com a dinamização do Núcleo de Educação Ambiental conforme a proposta anexa e direccionados através da Associação dos Concessionários de Praia do Concelho de ÍLHAVO para os autores responsáveis por essa dinamização e pelo Projecto de Educação Ambiental que na mesma se justifica. -----

É pois a presente Proposta que se coloca à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

ÍLHAVO, 2006-06-22. -----

O Vereador em Exercício, -----
As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

Na discussão e apreciação desta proposta, o Sr. Presidente da Câmara fez notar que, conforme documentos anexos à mesma, o protocolo de cooperação foi celebrado com a Associação dos Concessionários de Praia do Concelho de Ílhavo em 05-08-2005 e ratificado na reunião de Câmara de 16, do mesmo mês. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Na votação em apreço, os Srs. Vereadores, Drs. João José Figueiredo de Oliveira e António Pedro Oliveira Martins, abstiveram-se, tendo os demais membros do Executivo votado favoravelmente. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes autos de vistoria e medição de trabalhos: -----

-Da empreitada de “Biblioteca Municipal – Pólo da Gafanha da Nazaré” – 1ª. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 64.280,20 (sessenta e quatro mil duzentos e oitenta euros e vinte cêntimos), adjudicada à firma Construções Marvoense, Lda.; -----

-Da empreitada de “Arranjos Urbanísticos na Envolvente ao Cais da Gafanha da Encarnação – Cais da Mota” – 1ª. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 68.483,77 (sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e três euros e setenta e sete cêntimos), adjudicada à firma CPTP-Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A.; -----

-Da empreitada de “Rede de Saneamento no Mercado da Gafanha da Nazaré” – 1ª. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 32.916,87 (trinta e dois mil novecentos e dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos), adjudicada à firma Henriques, Fernandes & Neto, Lda., -----

-Da empreitada de “Rede de Saneamento no Mercado da Gafanha da Nazaré” – 2ª. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 35.555,10 (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos), adjudicada à firma Henriques, Fernandes & Neto, Lda., -----

-Da empreitada de “Centro Cultural de Ílhavo” – 13ª. situação de trabalhos contratuais, no valor de € 225.727,59 (duzentos e vinte e cinco mil setecentos e vinte e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), adjudicada ao consórcio J. Gomes-Sociedade de Construções do Cavado, S.A./Alexandre Barbosa Borges, S.A.. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder aos

pagamentos. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada. Eram 17.15 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente
com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----